



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ**

**5ª TURMA RECURSAL DOS JUÍZADOS ESPECIAIS - PROJUDI**

Rua Mauá, 920 - 14º Andar - Alto da Glória - Curitiba/PR - CEP: 80.030-200 - Fone: 3210-7003/7573 - E-mail: 5TR@tjpr.jus.br

**Recurso Inominado Cível nº 0002722-29.2023.8.16.0018 RecIno**

**4º Juizado Especial Cível de Maringá**

**Recorrente(s):** \_\_\_\_\_

**Recorrido(s):** \_\_\_\_\_

**Relator: Fernanda de Quadros Jorgensen Geronasso**

**RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. MATÉRIA RESIDUAL. CONTRATAÇÃO DE AGÊNCIA DE PUBLICIDADE PARA POSTAGENS EM REDE SOCIAL E PRODUÇÃO DE MÍDIA. ATRASO NO PAGAMENTO DA MENSALIDADE. ALTERAÇÃO DE E-MAIL DE ACESSO À REDE SOCIAL (INSTAGRAM) PELA RECLAMADA, SEM AUTORIZAÇÃO DO AUTOR. IMPOSSIBILIDADE DE ACESSO QUE PERDUROU POR APROXIMADAMENTE 01 MÊS. DANO MORAL EXCEPCIONALMENTE CONFIGURADO. ATO ILÍCITO PRATICADO PELA RÉ. VALOR QUE COMPORTA MAJORAÇÃO (R\$ 2.000,00). ADEQUAÇÃO A CASOS JULGADOS EM SENTIDO SEMELHANTE. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA. Recurso conhecido e provido.**

Trata-se de ação de indenização por danos morais e materiais, na qual narra o autor ter contratado a reclamada para prestar serviços de publicidade em suas redes sociais (*Instagram* e *Facebook*). Aponta que o contrato tinha duração de 12 meses, pelo valor mensal de R\$ 1.000,00 – posteriormente reajustado para R\$ 1.500,00. Aduz que por problemas financeiros, atrasou o pagamento da mensalidade vencida em 26/01/2023. Ocorre que em 02/02/2023 recebeu notificação da rede social *Instagram*, informando a alteração do e-mail de acesso à referida conta, possuindo como base o domínio da ré. Aponta jamais ter solicitado ou autorizado a reclamada a fazê-lo. Sustenta ter permanecido sem acesso à rede social por aproximadamente 28 dias, o que lhe gerou prejuízo moral e material, uma vez que utiliza a plataforma para fins profissionais.

Sobreveio sentença julgando parcialmente procedentes os pedidos iniciais, a fim de declarar a rescisão do contrato e a inexigibilidade do título levado a protesto; confirmar definitivamente a tutela antecipada concedida; condenar a reclamada ao pagamento de R\$ 1.500,00 a título de cláusula penal e ao pagamento de indenização por danos morais no valor de R\$ 1.000,00.

Inconformada, a parte autora interpôs recurso inominado, pugnando pela majoração do *quantum* indenizatório.

O recurso foi recebido e as contrarrazões apresentadas.

### **É o relatório.**

### **Passo ao voto.**

Satisfeitos os pressupostos processuais viabilizadores de admissibilidade do presente recurso, deve ser ele conhecido.

No mérito, restam incontroversas as alegações do recorrente, restando analisar apenas o valor arbitrado a título indenizatório.

Via de regra, esta Corte entende que a suspensão temporária ao acesso de rede sociais não tem o condão, por si só, de atingir a esfera moral do indivíduo, mormente quando a parte autora é pessoa jurídica – a qual somente é passível de sofrer dano moral na forma objetiva.

No caso em tela, todavia, verifico excepcionalidade capaz de autorizar a concessão da indenização.

Como bem exposto pelo juiz sentenciante, “(...) *não há qualquer cláusula que prevê a restrição do acesso ao perfil da empresa do autor por este em caso de inadimplência dos valores das mensalidades, mas tão somente a incidência de multa de 10% sobre o valor não pago. Ainda, o documento de seq. 17.2 comprova que houve a restrição por parte da empresa ré, que inclusive foi comunicada ao autor através de escritório de advocacia mandatário da ré. Analisando a situação, tem-se que a restrição ao acesso do perfil da empresa do autor é medida que não se coaduna com o contrato firmado entre as partes (seq. 1.6) e tampouco com o ordenamento jurídico brasileiro, eis que trata-se de penalidade extremamente excessiva e desproporcional em relação ao atraso de quatro dias no pagamento de mensalidade. O autor ainda comprovou pelos documentos de seq. 1.11 a 1.13 que houveram tentativas de solução administrativa para o problema, porém sem sucesso diante da ré*”.

Vê-se, portanto, que a recorrida agiu de modo arbitrário e ilegal, ao promover a alteração unilateral do e-mail que dá acesso à rede social do autor, após este incorrer no atraso do pagamento da mensalidade, privando-o do uso da plataforma por aproximadamente 28 dias, razão pela qual acedo aos fundamentos do juízo *a quo* ao reconhecer o direito à indenização extrapatrimonial.

No que diz respeito ao *quantum* indenizatório, resta consolidado tanto na doutrina, como na jurisprudência pátria o entendimento de que a fixação do valor da indenização por dano moral deve observar o princípio da razoabilidade, levando-se em conta as peculiaridades do caso concreto, como a situação econômica do autor, o porte econômico da ré, o grau de culpa e a atribuição do efeito sancionatório e seu caráter pedagógico.

Deste modo, entendo que o valor fixado (R\$ 1.000,00) comporta pontual alteração, a fim de se assemelhar a casos julgados por esta Corte, em que há privação do uso da plataforma virtual, quando esta é utilizada para fins profissionais.

Confira:

*RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. FACEBOOK. CONTA NO INSTAGRAM INVADIDA. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO VERIFICADA. SITUAÇÃO QUE ULTRAPASSA O MERO DISSABOR. DANO MORAL CONFIGURADO. DANO MATERIAL DEMONSTRADO. CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL NA TENTATIVA DE REATIVAÇÃO DOS SERVIÇOS. SENTENÇA REFORMADA. Recurso conhecido e provido. (TJPR - 1ª Turma Recursal - 0037858-17.2022.8.16.0182 - Curitiba - Rel.: JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO JOSÉ DANIEL TOALDO - J. 22.02.2024)*

*RECURSO INOMINADO. CONTA DO INSTAGRAM SUSPensa. PERFIL PROFISSIONAL. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA. RECURSO DO AUTOR. PRETENSA INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. SUPOSTA VIOLAÇÃO AOS TERMOS DE USO E DIRETRIZES DA PLATAFORMA NÃO COMPROVADA. ÔNUS DA REQUERIDA. ART. 373, II, DO CPC. SUSPENSÃO INDEVIDA. CONDOTA ABUSIVA DA PLATAFORMA. DANO MORAL CARACTERIZADO. RECURSO DO AUTOR PROVIDO.*

*(TJPR - 5ª Turma Recursal dos Juizados Especiais - 0001117-60.2023.8.16.0014 - Londrina - Rel.: JUÍZA DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DOS JUÍZAADOS ESPECIAIS CAMILA HENNING SALMORIA - J. 02.10.2023)*

Diante do exposto, o voto é pelo **provimento** do recurso, conforme razões expostas acima, devendo ser parcialmente reformada a sentença, a fim de majorar o *quantum* indenizatório para R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

Considerando o resultado do julgamento e, com base no art. 55 da Lei nº 9.099/95, não há condenação ao pagamento de honorários advocatícios. Custas na forma da Lei.

Ante o exposto, esta 5ª Turma Recursal dos Juizados Especiais resolve, por unanimidade dos votos, em relação ao recurso de G.V. GRAVINE TABACARIA, julgar pelo(a) Com Resolução do Mérito - Provimento nos exatos termos do voto.

O julgamento foi presidido pelo (a) Juiz(a) Manuela Tallão Benke, com voto, e dele participaram os Juízes Fernanda De Quadros Jorgensen Geronasso (relator) e Camila Henning Salmoria.

Curitiba, 18 de outubro de 2024

**Fernanda de Quadros Jörgensen Geronasso**

**Juíza Relatora**